

A POLÍTICA EXTERNA E A INDÚSTRIA DE DEFESA NO BRASIL

CF Helder Pereira da Silva

Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval. Docente da EGN e Mestre em Relações Internacionais pela UFF.

CF (IM) André Luís Melo de Andrade

Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval. Docente da EGN e Mestrando em História Comparada pela UFRJ.

RESUMO

Este trabalho visa a apontar um período em que a indústria de defesa brasileira atuou em apoio à política econômica, que adotava medidas para compensar o desequilíbrio na balança comercial, especialmente agravado com a segunda crise mundial do petróleo¹, ocorrida em 1979. Numericamente, o mais expressivo fornecedor de petróleo para o Brasil era o Iraque, país com o qual também mantivemos contínua transação comercial por meio da venda de produtos da indústria de defesa nacional. Durante aproximadamente uma década, o Brasil vendeu produtos com tecnologia agregada e comprou *commodity*. Partindo de uma discussão teórica das linhas de pesquisa das Relações Internacionais e apresentando dados coletados sobre o período, objetivamos responder à seguinte questão: a indústria de defesa brasileira pôde fazer mais do que fornecer e manter material de emprego militar para as forças armadas nacionais, ao concorrer positivamente para execução da política externa?

¹ Poderemos tratar como crise mundial do petróleo, como choque mundial do petróleo ou como crise energética mundial, sempre com o mesmo sentido.

Palavras-Chave: Política Externa. Relações Internacionais. Indústria de Defesa.

ABSTRACT

This work aims to point a period where the industry of Brazilian defense acted in support to the economic policy, that it adopted measured to compensate disequilibrium in the trade balance, especially aggravated with the second world-wide crisis of the oil, occurred in 1979. Numerically, the supplier of oil for Brazil was Iraq, country with which also we kept continuum commercial transaction by sell the products of the industry of national defense. During approximately one decade, Brazil sold products with aggregate technology and bought commodity. Leaving of a theoretical quarrel of the lines of research of International Relations and the collected given presenting on the period, we objectify to answer to the following question: the industry of Brazilian defense could make more than to supply and to keep military material for the national Armed Forces, when concurring positively for execution of the external politics?

Keywords: Foreign Policy. International Relations. Defense Industry.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Ministério da Defesa é principal órgão da administração direta incumbido de exercer a direção superior das FFAA, atuando como principal articulador em ações que envolvam mais de uma das forças singulares, quais sejam: Marinha, Exército e Aeronáutica². Estas forças singulares são constituídas com recursos humanos e materiais, com o propósito de cumprirem as suas missões, funcionando como elementos que poderão ser utilizados pelo poder político. Portanto, entende-se que devam ser mantidas em condições de emprego. Precisamente, o artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil prevê que as FFAA “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por

² Dados obtidos no sítio eletrônico do Ministério da Defesa (MD). Explica o que é MD. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/conheca_md/index.php?=oquee>. Último acesso em: 4 ago. 2008.

iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988). O material utilizado pelas FFAA poderá proceder de diversas origens, desde que o país onde se situa a empresa fornecedora queira realizar a venda, pois as transações comerciais que envolvem este tipo de produto são, em geral, complexas. Deste modo, o Brasil estará à mercê da vontade política do vendedor e esta realidade poderá se fazer concreta e, conseqüentemente, sentida, durante um momento crítico. Por isto, podemos depreender que uma indústria de defesa nacional independente, com capacidade instalada para atender às demandas geradas pelas nossas forças, atuará no sentido de reduzir a vulnerabilidade das FFAA e do próprio país. Mais do que isto: nossa argumentação é de que a existência de indústria de defesa capacitada poderia concorrer positivamente para execução da política externa. Foi assim que o Brasil, a partir dos anos 1970, utilizou esta capacidade industrial específica em relação a países árabes, destacando-se o Iraque, quando o interesse econômico assim sugeriu.

Tal fato nos levou a questionar se a indústria de defesa brasileira pôde fazer mais do que fornecer e manter material de emprego militar para as forças armadas nacionais e atuar no sentido de auxiliar a política externa, em dado período da nossa história.

No intuito de abordar nossas questões, na primeira seção deste trabalho apresentaremos algumas linhas de pesquisa das Relações Internacionais, delineando a base para argumentação na segunda seção. Nesta última, apresentaremos um panorama sobre a relação do Brasil com o Iraque durante as crises mundiais do petróleo em 1973 e 1979, buscando responder nosso questionamento, de como a indústria brasileira de material de defesa contribuiu para a execução dos objetivos da nossa política externa.

I – A INDÚSTRIA DE DEFESA E A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nosso objetivo será, a partir da discussão de alguns conceitos da teoria das Relações Internacionais, apresentarmos argumentos que consolidem a análise a ser empreendida na segunda seção, quando então pretendemos ser mais empíricos. Para o início da abordagem teórica, sentimos-nos obrigados a apresentar e distinguir os conceitos de segurança e defesa.

Bartolomé (2006, p. 129) considera que o conceito de segurança possui conotação dupla, podendo representar um estado ou situação. Desta maneira, poderá significar a ausência de ameaças, bem como a ação que busca estabelecer a segurança, sendo que neste último sentido representa o conjunto de medidas e políticas que conduzem ao objetivo final de segurança. Portanto, segurança é um vocábulo genérico e varia na forma, dependendo do setor considerado como objeto do estudo. Deste modo, poderá abranger desde a segurança da pessoa humana, como caracterizado pelo segundo degrau da hierarquia das necessidades de Maslow³, até de uma região ou o sistema internacional. Assim sendo, a securitização⁴ poderá ser *ad hoc*, referindo-se ao indivíduo, ou institucionalizada, no caso da segurança estatal. Neste último caso, de acordo com a ameaça, poderemos encontrar mecanismos e instituições para enfrentá-la, como no setor militar.

Conforme preconiza Marco Cepik:

Estados têm primazia como objetos de segurança⁵ porque sua existência é uma condição necessária para a realização de qualquer valor individual ou coletivo num sistema internacional caracterizado pela anarquia. (...) O desempenho relativo de um Estado no provimento de ordem pública e na defesa nacional constitui o elemento mínimo a

³ Chiavenato (2000, p. 304 e 305) lista a hierarquia das necessidades humanas de Maslow que são (das mais primárias até as secundárias): necessidades fisiológicas, necessidade de segurança, necessidades sociais, necessidade de estima e de auto-realização. Ele observa que a necessidade de segurança leva o indivíduo "a proteger-se de todo perigo, real ou imaginário, físico ou abstrato", estando conectada com a sobrevivência do indivíduo, juntamente com as necessidades fisiológicas.

⁴ Securitização: Buzan considera que a definição de securitização é construída a partir do estabelecimento intersubjetivo entre o que é uma ameaça existencial e a relevância dos efeitos políticos. Quando um assunto, envolvendo uma ameaça existencial, é tão prioritário que seja capaz de levar os atores a quebrar as regras estabelecidas realizando ações emergenciais ou extremas, podemos dizer que o assunto está sendo securitizado (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 25).

⁵ Objeto de segurança: serão as unidades que podem vir a ser ameaçadas existencialmente e que possuem uma relevância legítima e significativa, para qual os atores de securitização desejam garantir a sobrevivência. Atores de securitização são aqueles responsáveis por securitizar os temas de defesa, declarando que pelo menos um dos objetos de referência encontra-se ameaçado (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 47).

partir do qual se pode julgar suas pretensões de obter lealdade e obediência dos seus cidadãos (CEPIK, 2003, p. 142).

Quanto à defesa, em princípio estaremos nos referindo à segurança externa, portanto, estatal. Para Buzan⁶, a distinção entre os assuntos de defesa e os domésticos não é rígida, entretanto a defesa tem sua agenda distinta, por envolver variáveis exógenas ao Estado ou complexo de segurança analisado⁷.

A Política Externa e a Indústria de Defesa

A política externa é a linha mestra pela qual os Estados se orientam ao se relacionarem dentro do Sistema Estatal⁸. Sendo o Estado uma unidade independente e soberana, cada qual terá orientação própria no momento de interagir com os demais componentes deste sistema e tal interação ocorre através das políticas de governo, também chamadas de políticas externas, que nem sempre são explícitas e ostensivas (JACKSON e SØRENSEN, 2007, p. 20). Deste modo, a política externa na área econômica, será a maneira específica como um Estado tipifica a sua relação econômica com os outros Estados do Sistema Internacional. A Economia Política Internacional é o ramo das Relações Internacionais que tem como objeto o estudo científico das relações econômicas no Sistema Internacional.

⁶ Os autores Buzan, Waever e Wilde serão citados apenas pelo nome do primeiro autor.

⁷ Complexo de segurança: Segundo Buzan, existem dois tipos de complexos de segurança. Os "Tradicional Security Studies" (TSS) conceituam os complexos de segurança homogêneos como grupos de Estados, cuja percepção de segurança se encontra tão interligada com os problemas de segurança nacional estatal que não poderão ser razoavelmente analisados em separado. Os críticos desta teoria são os "Critical Security Studies" (CSS). Eles consideram que os complexos de segurança não estão fechados em setores homogêneos e específicos, formados somente por Estados. Desta maneira, apresentam a teoria dos complexos de segurança heterogêneos, levando em conta que a lógica regional poderá integrar tipos diferentes de atores. Portanto, o setor econômico integra diversos atores, sejam os Estados, nações, firmas, confederações políticas, grupos econômicos, movimentos sociais, entre outros, estabelecendo um complexo de segurança heterogêneo, visando a analisar uma questão "securitizada". (BUZAN; WAEVER; WILDE, pp. 3 e 16).

⁸ Sistema Estatal: "Relação entre grupamento humanos politicamente organizados, que ocupam territórios distintos, não são subordinados a nenhum poder ou autoridade superior (soberanos), desfrutam e exercem um certo grau de independência com relação aos outros" (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 20).

Com relação às questões de Economia Política Internacional, Gilpin (2001, p. 93 a 102) argumenta que o comércio internacional depende de uma hegemonia que forneça as bases adequadas, portanto de lei, ordem e uma moeda estável para a realização das permutas internacionais, sem as quais se tornam impossíveis. Sendo assim, a atuação do Estado é necessária, através de uma política externa favorável, de maneira a fomentar a interação econômica. O caminho inverso será verdadeiro, ou seja, a produção e comercialização específica de produtos de defesa poderiam contribuir para o apoio à política externa de um país, uma vez que, além de ser de cunho estratégico, possui uma componente de interferência na política internacional. De acordo com Jackson e Sørensen:

Um mercado moderno se baseia em normas políticas (senão seria um “mercado mafioso” fundamentado em ameaças, subornos e forças), isto é: regras e regulamentos políticos constituem uma estrutura na qual o mercado funciona. Ao mesmo tempo, a força econômica também é uma base importante para o poder político. Se a economia é a busca da riqueza e a política é a do poder, as duas interagem de modos complicados e surpreendentes (JACKSON E SØRENSEN, 2007, p. 242).

Segundo Gilpin (2004, p. 227), uma empresa para competir internacionalmente precisa ser enxuta e flexível. Ou seja, deve possuir sofisticação tecnológica, produtos que atendam a demanda individualizada dos clientes e uma vasta malha de fornecedores. No caso das indústrias de defesa, as relações no mercado internacional se expandem para além do plano estritamente comercial, uma vez que envolvem componentes políticos, devido à especificidade do emprego do produto comercializado.

No Brasil, como veremos adiante, a base industrial de defesa se desenvolveu para atender a demanda interna. Contudo, no período enfocado neste trabalho, ela exerceu função relevante nas relações exteriores, principalmente com alguns países do Oriente Médio.

Entretanto, uma indústria de defesa independente, situada num país de posição intermediária no Sistema Internacional e produzindo equipamentos com valor militar, poderia gerar o chamado “dilema da segurança” em relação aos países próximos ou concorrentes, produzindo conseqüências diretas sobre a articulação de sua política

externa, no âmbito regional. Pois, de acordo com este modelo, quando um Estado concentra poder militar, seu movimento poderá ser percebido como uma ameaça à defesa de outros Estados, mesmo que não possua um objetivo ofensivo (HERZ, 1950). Entretanto, a indústria de defesa brasileira não chegou a atingir este estágio no período considerado, pois os equipamentos comercializados não possuíam o valor militar capaz de gerar este efeito, não representando concorrência ameaçadora à forte indústria bélica dos países centrais. Desta maneira, a venda de equipamentos para o Iraque não provocou qualquer turbulência no mercado, fato que será abordado na segunda seção.

Uma indústria de defesa independente?

Tratando a defesa sob o enfoque teórico da “Escola de Copenhagen”, aqui representada pela teoria construtivista de Buzan, somos apresentados a um esquema em que são caracterizados cinco setores⁹ para sistematizar o estudo de suas relações. No caso deste artigo, nosso interesse será focado em apresentar os setores militar, político e econômico.

O setor militar atua na área das relações de força e coerção e é tradicional no estudo das questões de defesa. A segurança militar compreende dois níveis inter-relacionados: de forças armadas ofensivas e de capacidades defensivas do Estado. As teorias tradicionais tendem a considerar as forças militares apenas para as questões de defesa, não obstante, existe uma tendência no sentido de empregá-las em missões de paz e em outras atividades subsidiárias que não sejam “ameaças existenciais” ao Estado. Tal fato se observa principalmente nas democracias avançadas, onde a defesa do Estado é uma das funções constitucionais das forças armadas, contudo não a sua única função (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 22).

O setor político, em conjunto com o militar, compõe a área limitada pelos TSS para o estudo das questões de defesa, exercendo influência na relação de autoridade, status do governo e seu reconhecimento. A segurança política visa a proporcionar a

⁹ São eles: o militar, político, econômico, social e o ambiental.

estabilidade organizacional do Estado, do sistema de governo e a ideologia que lhe propiciem legitimidade. As ameaças neste setor surgem a partir de ataques aos princípios constitutivos do Estado. Por exemplo, a soberania estatal poderá ser ameaçada caso um indivíduo ou grupo questione o reconhecimento, a legitimidade ou a autoridade governamental. Acordos internacionais poderão ser abalados por situações que ataquem as regras, normas e instituições que lhe estabeleçam a estrutura.

O setor econômico compreende as relações comerciais, a produção e a finanças. A segurança econômica abrange o acesso aos recursos, financiamento e mercados necessários para sustentar níveis aceitáveis de bem estar e de poder estatal.¹⁰ Este setor, apesar de não estar diretamente ligado aos assuntos de defesa, influencia os outros setores, uma vez que interfere nos assuntos securitizados. Buzan observa que existe um desejo da corrente liberal de separar o setor econômico do político, contudo as conseqüências do exercício do liberalismo econômico na área da segurança, interligando mercados e produzindo dependências, não podem ser desconsideradas ou desvinculadas da política. Entre as questões em pauta na agenda econômica, destacamos a habilidade dos Estados em possuir capacidade de mobilização independente do mercado globalizado. O dilema de países em desenvolvimento consiste em obter material militar de maior custo ou qualidade inferior, porém de origem nacional, ou adquirir material de qualidade superior ou menor custo, mas de origem estrangeira. Neste último caso, inicia-se uma dependência externa, o que poderia acarretar o controle externo da prontidão dos equipamentos, devido à necessidade de apoio logístico. Cabe lembrar que o poder militar interfere no equilíbrio da balança de poder, portanto interage com o setor político e militar (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 116).

Ainda sob este foco, no capítulo IX de *A Política entre as nações*, Morgenthau aponta nove fatores para a composição do poder nacional. São eles: 1) geografia; 2) recursos naturais (alimentos, matérias-primas – com destaque para o petróleo); 3) capacidade industrial; 4) grau de preparação militar (tecnologia, liderança,

¹⁰ Entendemos “poder”, neste contexto, como a capacidade de o Estado para gerar e manter a estrutura política necessária à sobrevivência e desenvolvimento da sociedade da qual é responsável.

quantidade e qualidade das forças armadas); 5) população (distribuição, tendências); 6) índole nacional; 7) o moral nacional (sua instabilidade, a qualidade da sociedade e do governo como fatores decisivos); 8) a qualidade da diplomacia; e 9) a qualidade do governo. Com relação ao o terceiro item – a capacidade industrial – Morgenthau alerta que se trata de um dos mais importantes fatores para que uma nação possa atingir a condição de grande potência. Vejamos as palavras do próprio autor:

A tecnologia moderna de transporte dos artefatos de guerra e de comunicações tornou o desenvolvimento global das indústrias pesadas um elemento indispensável na formação do poder nacional. Uma vez que a vitória em uma guerra moderna depende da quantidade e da qualidade das estradas, ferrovias, caminhões, navios, aviões, tanques, bem como de equipamentos e armas de todas as espécies, desde telas contra mosquitos até máscaras de oxigênio e mísseis teleguiados, a concorrência entre nações em busca de poder transforma-se largamente em competição para a produção de implementos de guerra cada vez maiores, melhores e em maior quantidade. (MORGENTHAU, 2003, p. 234).

Um ponto importante é o fomento da indústria de defesa nacional. GILPIN (2004, p. 240 e 241) comenta que alguns economistas consideram interessante a reserva de mercado na área estratégica, principalmente a de tecnologia de ponta¹¹, pois a proteção seria adequada para que este segmento industrial viesse a dispor de condições para, algum dia, participar do seleto grupo de produtores globais. Ele indica que a “teoria do comércio e investimentos estratégicos” poderá ser justificada em alguns casos,

¹¹ No caso deste artigo, extrapolamos o conceito expresso neste comentário, aplicando-o a tecnologia militar.

contudo faz a ressalva sobre a real capacidade dos governos para identificar os setores estratégicos, advertindo que esta política comercial/industrial poderá ocasionar protecionismo. No caso de equipamentos militares, a reserva de mercado pareceria uma linha de ação óbvia, contudo, este setor também poderá vir a ser atingido pelas mazelas da prática protecionista, tais como a ineficiência e a elevação dos custos de produção.

A busca por tecnologias duais, ou seja, de aplicação para a indústria militar e civil que permitam absorver a demanda de plantas industriais superdimensionadas para a produção em tempo de paz, poderia ser uma saída para o desenvolvimento de um parque industrial capacitado e para a manutenção de pessoal qualificado disponível para mobilização em situações de conflito. Contudo, o incentivo estatal, mesmo neste caso, ainda se faria necessário, principalmente para fomentar o início ao processo (SILVA, 2008, p.73).

Tratando o assunto do incentivo estatal para a produção tecnológica e industrial na área de defesa, Longo conclui:

[...] a evolução científica e tecnológica continuará no centro das políticas e estratégias governamentais e das decorrentes preocupações com a defesa e segurança nacionais. Tratando-se de tecnologias de defesa e segurança, o caminho óbvio é o desenvolvimento próprio e o uso soberano de seus resultados. Por consequência o mesmo princípio se aplica ao complexo industrial militar (LONGO, 2007, p.141).

O comércio e as Relações Internacionais

Sob o foco do liberalismo econômico, a economia de mercado pertence a um sistema que possui uma dinâmica independente, a partir de leis próprias. A interação econômica não é um jogo de soma zero, pois os participantes do intercâmbio acabam por obter benefícios mútuos. Portanto, os Estados acabam cooperando entre si, sendo o livre comércio uma meta a ser atingida no âmbito

internacional, a fim de consolidar os benefícios da especialização na produção e divisão de tarefas. A política externa dos países deve buscar o mínimo de intervenção estatal na economia, possibilitando que as leis de mercado regulem o comércio internacional e implementem a livre concorrência. Um corolário desta teoria considera que o livre comércio internacional acaba por gerar aproximação entre os Estados, pois um dos requisitos para sua realização eficiente é um ambiente de paz internacional (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 252).

Dentro do contexto limitado para este artigo, um fator relevante que não podemos omitir é o da bipolaridade do sistema internacional vigente durante a Guerra Fria. O realismo estrutural de Kenneth Waltz considerava o sistema internacional como um esquema hierarquizado e polarizado, em que os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sustentavam as relações internacionais, empregando uma política de delimitar áreas de influência (WALTZ, 1993). Portanto, para um país em desenvolvimento lançar mão da produção e da comercialização de material de defesa em apoio à sua política externa, este procedimento não poderia infligir qualquer dano direto ao "status quo" das duas superpotências. Podemos agregar a este argumento o fato de que alguns estadistas daquele período tendiam a desconsiderar as questões econômicas como relevantes para a política internacional. Por exemplo, Charles de Gaulle considerava as questões econômicas como inferiores ou subalternas em relação aos assuntos da política de Estado, que abordavam questões mais importantes, como fazer a paz ou a guerra (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 243-245). Nesta mesma época, também alguns analistas das relações internacionais tendiam a separar a economia da política. Contudo, a partir da década de 1970 esta separação começou a ser questionada, devido a fatores como a crise do sistema econômico estabelecido em Bretton Woods,¹² com as dificuldades econômicas advindas pelo envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã. A crise do petróleo, iniciada em 1973, também contribuiu

¹² Sistema econômico de Bretton Woods: A Conferência de Breton Woods foi realizada entre 1º e 22 de julho de 1944, na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, EUA, com a finalidade de estabelecer as bases de uma nova ordem econômica internacional, após o término da II Guerra Mundial (SILVA; GONÇALVES, 2005, p. 11).

para apresentar as vulnerabilidades de considerar a política desvinculada da economia. Posteriormente, o término da Guerra Fria abriu caminho para a aproximação dos setores econômico e político nas Relações Internacionais, uma vez que os países recém saídos da chamada “cortina de ferro” almejavam a integração política e econômica às organizações ocidentais, evidenciando a interdependência entre os assuntos políticos e econômicos. Será nesta moldura temporal dos anos 1970 aos anos 1990 que desenvolveremos a segunda parte deste artigo.

II - PETRÓLEO, CRISE MUNDIAL E A INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA

As crises mundiais do petróleo nos anos de 1973 e 1979 atingiram profundamente a economia do Brasil. A matriz energética brasileira é consideravelmente dependente da energia obtida a partir daquele combustível fóssil e a auto-suficiência em petróleo, atualmente atingida, mostrava-se distante àquela época. Em grande parte, este estágio de independência foi conseguido graças ao crescente preço internacional do produto, que tornou viável a exploração de petróleo proveniente das águas profundas, na plataforma continental, a partir de atividade que requer tecnologia de vanguarda, que o Brasil desenvolveu. Os números apresentados na Resenha Energética Brasileira, do Ministério das Minas e Energia, mostram que em 1973 o petróleo representava 46% da matriz energética, ao passo que o índice reduziu para 38% em 2006. O ápice ocorreu em 1978, com o valor percentual de 50%.¹³

A crise de 1973 ocorreu como consequência direta da Guerra do Yon-Kippur,¹⁴ quando o Egito e a Síria fizeram uso da força para atacar Israel, durante o dia do perdão na religião judaica. O desdobramento total da guerra transcorreu em dezenove dias apenas, sem registro de alteração de linhas de fronteiras. No entanto, as nações árabes reunidas, por meio da Organização dos Países

¹³ Dados obtidos no sítio eletrônico do Ministério das Minas e Energia. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/site/menu/select_main_menu_item.do?channelId=1432&pageId=7523>. Acesso em 29 dez. 2008.

¹⁴ O conflito iniciou com ataque das forças egípcias e sírias, no dia 6 de outubro de 1973.

Exportadores de Petróleo¹⁵ (OPEP), decidiram aumentar o preço de venda do barril. A variação anotada foi de US\$ 2.77 para US\$ 11.11, em 1974, o que afetou diretamente a balança comercial brasileira.¹⁶ Entretanto, com a política adotada no ano de 1977, o governo conseguiu realizar superávit (SANCHEZ DE LA CAL, 1981, p. 70). Neste período da história brasileira, o país era conduzido economicamente com base no II Plano Nacional de Desenvolvimento,¹⁷ que se propunha a conseguir manter o mesmo volume de crescimento econômico que o país experimentara nos anos anteriores, durante o consagrado “milagre econômico” (REIS, 2008: 67).

O segundo choque mundial do petróleo, ocorrido em 1979, deu-se por motivo distinto daquele que gerou a primeira crise. No Irã, o Xá Mohamed Reza Pahlev, chefe de governo, foi deposto e uma revolução xiita¹⁸ desarticulou o sistema produtivo daquele país. Acusado de defender o interesse dos EUA, Reza Pahlev ainda conduzia o país com pouco (ou nenhum) espaço para a oposição. Neste cenário, o líder religioso xiita – aiatolá Ruholá Khomeini – chegou ao poder, após enfrentamento do povo contra militares do Xá, em janeiro de 1979. Ainda se observam outros desdobramentos de interesse para este trabalho, mas que serão tratados adiante.

As crises mundiais do petróleo afetaram a economia de todo o globo, uma vez que geraram inflação de custos.¹⁹ No caso de países como o Brasil, cujo volume da exploração nacional de petróleo

¹⁵ Fundada no ano de 1960, em Bagdá, representa um cartel cuja missão é coordenar e unificar a política petrolífera dos países membros e assegurar a estabilidade dos mercados do petróleo, a fim de garantir eficiente e regular fornecimento de petróleo, renda estável para os produtores e justo retorno do capital para os investimentos na indústria petrolífera. Dados obtidos no sítio eletrônico da organização. Disponível em: <http://www.opec.org/home/>. Último acesso em: 10 jan. 2009.

¹⁶ Apesar do mínimo aumento de 1,7% no consumo de petróleo e derivados, entre os anos de 1973 e 1974, observou-se acentuada variação na despesa total: de US\$ 711 milhões para US\$ 2,840 milhões, de um ano para outro, o que implicou acentuada elevação da participação deste item no total das importações brasileiras: de 11,5% para 22,5% (SANCHEZ DE LA CAL, 1981, p. 70).

¹⁷ Plano para guiar as políticas econômicas. Adotado a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e montado com orientação do ministro do planejamento João Paulo dos Reis Veloso. Para mais detalhes, ver ALMEIDA, 2004.

¹⁸ Os xiitas entendem que a fonte de ensinamento é apenas o Corão, o que faz deste segmento muçulmano um grupo mais radical quando comparado aos sunitas. Os xiitas são avessos a possíveis alterações de idéias e de valores. Para mais informações, ver MESSARI, 2005.

¹⁹ Alta generalizada de preços que acontece porque um item muito influente na composição do custo para fabricação gera aumento na apuração final de custos da produção. Neste caso, o componente era a matéria-prima petróleo, da qual se obtinha energia (SECURATO, 2007, p. 85 e 86).

se posicionava muito abaixo do montante necessário, os choques na oferta mundial do produto implicaram endividamento em dólares, a fim de se compensar a falta de moeda forte gerada quando das compras internacionais de petróleo, especialmente a partir da segunda crise. Em 1974, o Brasil era o maior importador desta *commodity*, entre os países em desenvolvimento, e o sétimo maior em escala mundial total. Com estes dados, podemos justificar a natural expressão que o petróleo assumiu na vertente econômica e na política externa conduzidas pelo Brasil. O Iraque era, em 1977, o terceiro maior parceiro em transação comercial com o Brasil,²⁰ numa relação na qual nós éramos grandes compradores de petróleo (FARES, 2007, p. 131).

A política externa brasileira

O Oriente Médio permaneceu, até a incidência das crises energéticas mundiais, como uma região pouco notada pela política externa do Brasil e a partir de então é que se ampliaram as relações. O Iraque parecia dispor de condições que davam chances para se lograr bom aproveitamento, pois o mercado daquele país representava um novo campo a ser explorado com ofertas de serviços e de produtos nacionais, já que estava ainda pouco atendido e o governo local pretendia ampliar o leque das suas relações comerciais com fornecedores estrangeiros. O aumento da receita brasileira era a forma de se buscar equilíbrio nas transações comerciais com países fornecedores do petróleo – um produto do qual tanto necessitávamos – e o Iraque, devido às condições apresentadas, mostrava-se atrativo em termos econômicos e políticos. A motivação econômica aproximou os países e gerou uma política externa compatível, como vimos na seção anterior.

Na verdade, a política externa brasileira já realizava movimento para “encurtar distância” em relação aos países árabes, desde o gradual aumento do preço internacional do petróleo experimentado a partir do ano de 1971. Vizontini trata esta aproximação como “ousada e repleta de conseqüências”, mas cujo impulso se fazia

²⁰ O segundo colocado era a Arábia Saudita e o primeiro lugar era ocupado pelos Estados Unidos da América (FARES, 2007, p. 131).

necessário para auxiliar na busca de retorno ao equilíbrio da situação econômica. A chamada “Diplomacia do Interesse Nacional”, do governo de Médici (1969-1974), já vivenciara a primeira crise internacional do petróleo e buscara formas de compensação para o sensível problema então iniciado (VIZENTINI, 2005, p. 49). Entretanto, foi durante o Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), com o seu “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”, que o Brasil realizou aproximação mais efetiva com países árabes.

OLIVEIRA (1980, p. 561 e 562) enumera diversos empreendimentos contratados por países do Oriente Médio, dos quais citaremos apenas alguns, de forma que se possa verificar a expansão de oferta de serviços realizada pelo Brasil, entre 1976 e 1979, a fim de se demonstrar como ocorreu a aproximação comercial e política, junto a alguns países exportadores de petróleo:

- construção de rodovia, na Arábia Saudita;
- construção de dois hotéis (Novotel Baghdad e Novotel Basrah), no Iraque; e
- construção de duas ferrovias (Baghdad-H’saibah e Al Qaim-Akashat), ambas no Iraque.

Segundo FARES (2007, p. 132), a maioria destes empreendimentos sofria supervisão e até interferência do governo do Brasil, numa clara demonstração de que eles compunham negócios entre dois países, sob responsabilidade do governo e não somente da empresa contratada para realizar estes serviços. Estas transações marcavam um dos ramos mais proeminentes da relação entre o Brasil e o Iraque. Além de serviços de engenharia, o Brasil passou a exportar produtos.

A relação comercial para compra de petróleo junto ao Iraque se mostrava mais interessante do que com a Venezuela, por exemplo, pois com o primeiro país, podíamos compensar as necessidades de moeda forte (US\$), para pagamento do petróleo adquirido, com a entrega de produtos ou a prestação de serviços nacionais, ao passo que o segundo não aceitava este tipo de compensação.²¹ Também, o volume de compras junto ao Iraque se fazia com proporções que geram fácil entendimento em relação à sua importância: em 1980,

²¹ Este comércio compensado (reduzido), em termos de desembolso efetivo da moeda forte, é conhecido como *counter trade* e funciona por meio de trocas.

aproximadamente 40% do petróleo que o Brasil importava provinha daquele país; em 1981, esta porcentagem representava 50% (FARES, 2007, p. 136). Embora estejamos relatando diversos acontecimentos e apresentando dados relacionados ao comércio, não podemos nos esquecer de que as compras e as vendas concretizadas entre dois países podem ir além da mera preocupação com o preço final acordado. Pelo lado do Iraque, talvez a preocupação com preço pudesse dar a tônica das compras. Contudo, no caso brasileiro, necessitávamos ampliar as vendas junto àquela economia, de tal sorte que pudéssemos compensar a deficiência constante na comparação entre exportação e importação com um país que detinha a matéria-prima para retirada de energia, da qual tínhamos dependência para condução do projeto de desenvolvimento nacional e até mesmo para mínima administração de um país cuja matriz energética era montada com base em petróleo importado.²² Por estas condições, entendemos que as relações com o Iraque eram relações mais políticas do que comerciais.

Durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), VIZENTINI (2005, 64) observa que o “Universalismo” da política externa conduziu a um processo de aumento na intensidade da cooperação com o Oriente Médio. Neste período, a prospecção nacional de petróleo naquela região foi ampliada por meio da atuação da Braspetro,²³ com alcance principalmente verificado em países como: Iraque, Irã, Líbia, Egito, Argélia e Arábia Saudita. Também a indústria automobilística e a indústria de material bélico realizavam vendas para países do Oriente Médio.

A política externa após 1985, da Nova República, conduzida pelo presidente que assumiu o governo²⁴ – José Sarney – no período de 1985 a 1990, mostrava sinal de alteração, num movimento de aproximação com os EUA, e não mais com países em desenvolvimento, em especial países do Oriente Médio, como tinha sido a base da política externa dos dois governos anteriores. A América do Sul transformou-se em alvo deste processo e o Brasil cultivou estreitamento de relações em direção à Argentina. O Mercado

²² Atualmente, o Brasil permanece dependente do petróleo na sua matriz energética, mas atingimos auto-suficiência na produção deste item.

²³ A Petrobras Internacional S/A- Braspetro – é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras.

²⁴ O presidente eleito pelo Congresso foi Tancredo Neves, mas ele não chegou a tomar posse porque foi vítima de doença fatal.

Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 1991, como consequência deste processo.

Enfim, o Iraque, de longa data um expressivo parceiro comercial do Brasil, mais precisamente desde a segunda crise do petróleo, deixou de adquirir os nossos produtos de defesa depois que invadiu o território do Kuwait, mesmo porque aquele país teve decretado contra si um embargo da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil deixou de vender produtos e alguns deles, embora tenham sido efetivamente fornecidos, sequer foram pagos pelo Iraque.

A indústria de defesa brasileira em apoio à política externa

A indústria de defesa brasileira surgiu há séculos. Desde a prática de economia baseada no açúcar, no decorrer dos séculos XVI e XVII, a construção de navios era estimulada na Bahia, após a adaptação dos construtores portugueses com o uso das madeiras tropicais disponíveis. A descoberta do ouro nas Minas Gerais deslocou a emergente indústria de construção naval rumo ao Rio de Janeiro e, em 1767, o então jovem Arsenal de Marinha concluía a construção do primeiro navio de guerra (CONCA, 1993, p. 175). Na mesma década, o Vice-rei Gomes Freire de Andrade – Conde de Bobadela – fundou a Casa do Trem de Artilharia, também no Rio de Janeiro, com o propósito de atender às demandas por reparos de material bélico e de fundição (AMARANTE, 2004, p. 23). Praticamente cem anos depois, a Guerra do Paraguai estimulou o desenvolvimento da base industrial de defesa, cuja continuidade ficou prejudicada com o fim da guerra e durante a República Velha quase não se observou progresso. A partir dos anos 1930, a industrialização foi retomada no país e o Arsenal de Marinha modernizado, mas a assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA,²⁵ em 1952, permitiu receber excedentes de guerra daquele país e prejudicou as iniciativas nacionais da indústria de defesa (CONCA, 1993: 177 e 178 e CUNHA, 2005: 12 e 13).

²⁵ Em inglês: *Military aid program*. Acordo que vigiu de 1952 a 1977 e terminou por vontade do governo brasileiro, em 1977, ao se sentir atingido internamente, na sua soberania, por cobranças do presidente dos EUA – Jimmy Carter –, que condicionava as vendas de produtos da assistência militar, por meio da concessão e abertura de uma linha crédito, ao esclarecimento de ocorrências ligadas à violação dos direitos humanos, registradas no Brasil (VIDIGAL, 2004: 26 e VIZENTINI, 2005: 59).

Somente a partir dos anos 1960, por vontade de se modernizar material obsoleto do qual dispúnhamos, é que se construíram condições para formação de uma indústria de defesa capaz de vender produtos no mercado externo. Em 1977, o fim do Acordo Militar Brasil-EUA demonstrou alguma confiança no fato de que o país já detinha capacidade para produzir material de defesa com qualidade, em condição de atrair compradores estrangeiros. As vendas ocorriam em escala crescente, a partir de 1975.

Há quem afirme que, devido ao acordo de fornecimento de material militar, cuja duração foi de 25 anos ininterruptos, o Brasil esteve subordinado à doutrina militar dos EUA e recebendo apenas sucata e o que interessava aos EUA repassarem para nós (CUNHA, 2005, p. 13 e FLORES, 2004, p. 33). De fato, num acordo em que uma das partes detém muito poder, o ambiente formado é capaz de gerar este tipo de ocorrência.

Neste sentido, devemos notar que os EUA possuíam o material que desejávamos e financiavam a nossa compra. Nestas condições, é até natural que se fizesse prevalecer a vontade dos governantes da outra parte do acordo. Igualmente é verdadeiro o fato de que este tipo de venda em muito auxilia o país fornecedor porque gera uma dependência prolongada nas futuras compras de material destinado à manutenção dos meios e, assim, a transação não pode ser observada apenas no curto prazo. Sob estas condições, o governo brasileiro decidiu não mais receber material de emprego militar proveniente dos EUA e fornecido com base no acordo em questão. BRIGAGÃO (1978, citado por GARCIA, 1998, p. 114) chama atenção para o fato de que nunca houve efetiva transferência de tecnologia durante a vigência do acordo, apenas a entrega de material pronto para ser utilizado.

Independentemente da capacidade tecnológica acumulada pela indústria de defesa brasileira, as vendas atuais são praticamente possíveis apenas junto a outros países em desenvolvimento. A explicação é simples: os EUA possuem indústria de defesa dotada de capacidade para fornecer, apoiar e atender às demandas das próprias FFAA e ainda realizar exportações; e a indústria de defesa da Europa, que passou por intenso processo de fusão, atende aos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN),²⁶ cujas compras ajudam a manter a própria indústria.

²⁶ Nos anos 1970, a OTAN contava com 16 países.

Nos anos 1970, apesar das diferenças da política mundial atual em relação àquela década, a situação não se apresentava tão distinta em termos de clientes para a indústria de defesa brasileira. Devido à Guerra Fria, com divisão sistêmica mundial em dois blocos de influência, os EUA e a URSS faziam uso da transferência de armamento como meio para angariar simpatia e, assim, arregimentar países como aliados, de modo a mantê-los na sua esfera de influência. Ken Conca cita o trabalho de Oberg, cujo estudo tratou do fornecimento de sistemas de armas para os países em desenvolvimento, entre os anos de 1950 e 1973, e revelou concentração acentuada em poucos vendedores. Somente ao final dos anos 1970, alguns novos países exportadores, tais como a Alemanha Ocidental,²⁷ Itália, Brasil, Israel, Coréia do Sul e China passaram a disputar e a conseguir ocupar espaço no mercado comprador de armamentos, entre os países em desenvolvimento (OBERG, 1975, citado por CONCA, 1993, p. 78 e 79).

A necessidade intensa de compensação da balança comercial brasileira observada junto a países fornecedores de petróleo, aliada à capacidade nacional de produção de material de emprego militar, acumulada a partir dos anos 1970, geraram boas condições para que a política econômica e a política externa fizessem uso crescente daquele segmento industrial, de modo a conseguir fortalecer as relações. No primeiro momento a Líbia e, depois, o Iraque. Vejamos a tabela abaixo, na qual se concentram as vendas de material de emprego militar apenas para o Iraque:

**Vendas de material de emprego militar para o Iraque,
ocorridas entre 1979 e 1989:**

SISTEMA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
EE-9 Cascavel	1.026	Viatura blindada sobre 6 rodas, para reconhecimento
EE-11 Urutu	350	Viatura blindada anfíbia sobre 6 rodas, para transporte de pessoal
EE-3 Jararaca	280	Viatura blindada sobre 4 rodas, para reconhecimento
EMB-312 Tucano	80	Avião turboélice para treinamento ou ataque
ASTROS-2	67	Sistema de foguetes terra-terra
ASTROS AV-UCF	13	Veículo de controle e monitoração de tiro

²⁷ No período em questão, a Alemanha ainda se encontrava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental. A reunificação ocorreu em 1990.

Fonte: *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*²⁸
*Arms Transfers Database*²⁹

As vendas acima apresentadas não representam as vendas realizadas para o Iraque somente durante o período de 1979 a 1989: elas são simplesmente todas as vendas realizadas para o Iraque e coincidem exatamente com o período de aproximação política requerida a partir do segundo choque internacional do petróleo. A invasão militar iraquiana no território do Kuwait, em 1989, deu início ao processo que encerrou o fluxo comercial de material bélico do Brasil para o Iraque, concluído com o embargo comercial determinado pela ONU, em 1990. O Brasil então perdia o mercado que propiciara compras necessárias à manutenção e ao desenvolvimento da indústria de defesa brasileira, pois as FFAA nacionais realizavam aquisições em nível insuficiente para mantê-la. As indústrias mais afetadas foram as que mais haviam crescido e tirado proveito com as exportações: ENGESA,³⁰ AVIBRAS³¹ e EMBRAER,³² exatamente as fornecedoras do material acima relacionado, de alta tecnologia, os chamados “sistemas de armas”.

Para as indústrias de defesa, a política internacional adotada pelo Brasil, no sentido de conseguir aproximação de países em desenvolvimento, desde 1971, e os choques energéticos decorrentes

²⁸ Instituto que realiza pesquisas sobre questões de conflito e de cooperação com importância para a paz e para a segurança internacional.

²⁹ Os números relativos à produção e à venda de material de defesa no Brasil podem apresentar sensível variação, dependendo da fonte utilizada. Optamos pelos dados do SIPRI devido à credibilidade e à tradição daquele instituto.

³⁰ A empresa Engenheiros Especializados foi fundada no começo dos anos 1960 para a produção de bombas de extração de petróleo e pequenas peças de veículos. Ao final da mesma década, a empresa repotencializava caminhões do Exército Brasileiro (com troca de motor e de tração) e, na década seguinte, passou a construir caminhões e carros de combates. Os mais populares foram o Cascavel (EE-9), o Urutu (EE-11) e o Osorio (EE-T1), com vendas para diversos países (DEGL'LESPOSTI, 2006, p. 63-72).

³¹ Criada em 1961, a AVIBRAS Aeroespacial S/A é uma empresa privada de engenharia que chegou a projetar aviões de pequeno porte. O êxito da empresa, em vendas, ocorreu com foguetes balísticos, ao final dos anos 1970, atingindo mercados da América Latina e do Oriente Médio. O carro-chefe da empresa foi o sistema ASTROS (*Artillery Saturation Rocket System*), com radares, lançadores e veículo base para acoplamento dos dispositivos. Dados obtidos em DEGL'LESPOSTI (2006, p. 58-60) e no sítio eletrônico da AVIBRAS. Disponível em < <http://www.avibras.com.br/P/index.asp>>. Último acesso em: 5 mai. 2009.

³² A Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A começou as operações em 1970, a fim de suprir a demanda pela construção de aviões Bandeirante – um projeto do então Centro Tecnológico da Aeronáutica. A empresa logrou sucesso empresarial, com aproximadamente 200 fornecedores gravitando ao seu redor. Mesmo assim, até o ano de 1994 sofreu altos e baixos, que culminaram com a privatização (MARTINEZ, 2007, p. 214-219).

das crises de energia proporcionaram mercado aos seus produtos, gerando ganhos com economia de escala. Paralelamente, o modelo da indústria bélica necessitava de tal condição para conseguir crescimento (GARCIA, 1998, p. 114). Mais do que isto, os mercados de países em desenvolvimento representavam a própria sobrevivência para um complexo industrial instalado num país em que as próprias FFAA não realizavam compras significativas ou mínimas, de tal modo que garantissem a preservação do parque industrial e da capacidade mínima existentes. Ao longo dos anos 1980 e seguintes, a demanda social no Brasil ocupou espaço significativo na agenda governamental e a indústria de defesa brasileira praticamente deixou de existir. Some-se a isto o fato do país não dispor de uma política de defesa claramente definida, à época (CUNHA, 2005, p. 14). De fato, a primeira Política de Defesa Nacional, independentemente de quaisquer considerações críticas a respeito do conteúdo, foi promulgada somente no ano de 1996.

A atividade comercial desenvolvida junto ao Iraque, de 1979 a 1989, por meio dos sistemas produzidos pela indústria de defesa brasileira, auxiliou a política externa. LESSA (2004, p. 14 e 15) traça paralelo entre a atividade de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, quando da exploração da navegação no Rio Amazonas por meio da Companhia de Navegação do Amazonas, e aponta uma vantagem geopolítica dali resultante: a manutenção da integridade nacional. Neste trabalho, indicamos que a indústria de defesa brasileira desenvolveu atitude de apoio à defesa do Estado brasileiro não somente provendo material para as nossas FFAA, atendendo ao propósito fundamental, mas auxiliando na segurança econômica e servindo de base para aproximação com um país do qual desejávamos comprar um produto fundamental, cuja falta poderia gerar colapso em todo o país, devido à matriz energética adotada.

A indústria de defesa esteve a serviço da política externa conduzida pelo governo brasileiro durante a gestão de mais de um presidente. No entanto, os acontecimentos posteriores mostram que a relação não se deu no sentido contrário, pois, se assim fosse, o governo teria adotado alguma medida efetiva no sentido de manter a indústria de defesa nacional quando se esgotou o acesso ao mercado externo, no final dos anos 1990. Ao contrário, observou-

se atitude indiferente, o que implicou que as empresas do setor, em poucos anos, praticamente declarassem falência ou se mantivessem numa condição mínima, quase vegetativa. Evidentemente, este destino final poderia ocorrer sob quaisquer circunstâncias, mesmo que o governo tivesse tentado socorrer as empresas, ainda, o processo de falência não poderia ser atribuído exclusivamente à falta de mercado para exportações, pois a gerência de uma empresa é algo muito mais complexo e engloba componentes que vão além do mercado comprador, mas fica o registro pela opção governamental adotada de “deixar acontecer”. O que aconteceu foi prejudicial para o país, como um todo, e não apenas para a indústria de defesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para reduzir o impacto do aumento gradativo dos preços do petróleo no comércio mundial, a partir de 1971, e o impacto do aumento abrupto dos preços observado após choques energéticos gerados pela redução de oferta do produto, o Brasil buscou aproximação de países produtores de petróleo, desde o início dos anos 1970.

Especialmente junto ao Iraque, o processo se deu com maior intensidade entre os anos de 1979 e 1989. Ao longo deste período, a indústria de defesa do Brasil esteve a serviço da política econômica e da política externa, uma vez que proporcionou vendas capazes de reduzir o impacto sentido na balança comercial e até mesmo na relação de poder com o Iraque, pois oferecíamos produtos com valor agregado e recebíamos *comodity*. A tecnologia contida nos produtos de defesa serviu, juntamente com outros produtos industrializados (automóveis, por exemplo) e serviços (prospecção de petróleo e construção civil, por exemplo), para compensar a relação de poder desfavorável ao Brasil.

Quando houve mudança na situação vigente, com embargo comercial decretado ao Iraque, e o modelo deixou de interessar à política externa, o governo não realizou gestão eficaz no sentido de manter a base industrial de defesa que o país conseguira desenvolver. As grandes empresas exportadoras de material de emprego militar da época, que atuaram no processo, em poucos anos se depararam

com duas opções: existência em nível vegetativo ou falência. A exceção ocorreu com a EMBRAER,³³ que foi privatizada no ano de 1994, quando estava próxima da falência.

Assim, a partir da nossa argumentação teórica e, considerando os dados coletados, entendemos que a indústria de defesa brasileira já esteve a serviço da política, não apenas fornecendo e realizando manutenção do material para as nossas FFAA, em atendimento às necessidades dos clientes. Mas também atuando para compensar a relação de poder entre o Brasil e o Iraque, por meio de compensação na política comercial conduzida entre 1979 e 1989, justamente no momento em que necessitávamos atingir equilíbrio, devido a deficiência estrutural no nosso país.

³³ A empresa passou sofreu profunda alteração no modelo de gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Paulo Roberto de. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. **Cadernos NAE**, Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, n. 1, p. 75-118, jul. 2004. Disponível em: <http://www.nae.gov.br/cadernos_nae/01brasil3t.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2008.
2. AMARANTE, José Albano do. Indústria brasileira de defesa: uma questão de soberania e de autodeterminação. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **As forças armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 23-44.
3. BARTOLOMÉ, Mariano. **La Seguridad Internacional Post 11-S: contenidos, debates y tendencias**. Buenos Aires: Inst. de Publicaciones Navales, 2006. 365 p.
4. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
5. BRIGAGÃO, Clóvis. 1978. Acordo de assistência militar Brasil-Estados Unidos: 1952-1977. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano XXI, n. 81-84, p. 101-109, 1978 apud GARCIA, Eugênio Vargas. Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. especial, p. 99-120, 1998.
6. BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**. United Kingdom: Lynne Rienner Publishers, 1998. 239 p.

7. CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 232 p.
8. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 3. ed. São Paulo: Markon Books, 2000. 416 p.
9. CONCA, Ken. A industrialização militar do Brasil: o período pré-64. In: PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.). **Uma avaliação da indústria bélica brasileira**: defesa, indústria e tecnologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, p. 173-195.
10. CUNHA, M. Boavista da. **Indústria brasileira de material de defesa**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2005. 39 p.
11. DEGL'LESPOSTI, Eduardo H. Becker. **A indústria de defesa brasileira**: o setor de carros de combate e a ENGESA. 2006. 105 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030080P0/2006/degliesposti_ehb_me_ara_fcl.pdf>. Acesso em 24 mai. 2008.
12. FARES, Seme Taleb. O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 129-145, jul./dez. 2007.
13. FLORES, Mário Cesar. Uma estratégia para o Brasil. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 27 -38.
14. GARCIA, Eugênio Vargas. Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. especial, p. 99-120, 1998.

15. GILPIN, Robert. **O desafio do capitalismo global**. Rio de Janeiro/S.Paulo: Record, 2004. 496 p.
16. _____. **Global political economy: understanding the international economic order**. New Jersey: Princeton University Press, 2001. 416 p.
17. GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas de relações internacionais**. São Paulo : Contexto, 2004. 396 p.
18. HERZ, J. H. Idealist internationalism and the security dilemma. **World Politics**, Princeton, v.2, n.2, 157-180, 1950.
19. JACKSON, Robert; SØRENSEN, George. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2007. 445 p.
20. LESSA, Carlos. Indústria de defesa. In: PINTO, J. R. de Oliveira; A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **As forças armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 13-22.
21. LONGO, Waldimir Pirró e. Tecnologia militar: conceituação, importância e cerceamento. **Tensões Mundiais** (Revista do Observatório das Nacionalidades), Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 111-143, jul./dez. 2007.
22. MARTINEZ, Maria R. Estevez. **A globalização da indústria aeronáutica: o caso da EMBRAER**. 340 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1731>. Acesso em 5 jun. 2008.
23. MESSARI, Nizar. O Islã e a política. In: ARAÚJO, Heloísa Vilhena de (Org.). **Diálogo América do Sul: Países Árabes**. Brasília: FUNAG, 2005, p. 1-34.

24. MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p.
25. OBERG, Jan. Arms trade with Thrid World as an aspect of imperialism. *Journal of Peace Research*, v. 12 n. 3, p. 213-234, jan. 1975 apud CONCA, Ken. A industrialização militar do Brasil: o período pré-64. In: PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.). **Uma avaliação da indústria bélica brasileira**: defesa, indústria e tecnologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, p. 173-195.
26. OLIVEIRA, Eden Gonçalves de. Balança comercial de produtos industriais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 557-585, out./dez. 1980.
27. REIS, Cristina F. de Borja. Investimento público e desenvolvimento econômico: análise aplicada ao Brasil entre 1950 e 2006, com base em uma perspectiva teórica keynesiana e estruturalista. **OIKOS**: Revista de economia heterodoxa, Rio de Janeiro, ano 7, n. 10, p. 53-77, 2008.
28. SANCHEZ DE LA CAL, Manuel. **Uma análise econométrica da balança comercial brasileira: 1965-1979**. 1981. 90f. Dissertação (Mestrado em economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.
29. SECURATO, José Cláudio. **Economia**: história, conceitos e atualidades. São Paulo: Saint Paul, 2007. 270 p.
30. SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de relações internacionais**. São Paulo: Manoele, 2005. 280 p.
31. SILVA, Helder Pereira da. A Política de Defesa Nacional e as diretrizes para o planejamento militar. 2008. 120 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

32. VIDIGAL, Armando A. Ferreira. 2004. O Brasil diante dos desafios internacionais em segurança e defesa. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 13-35.
33. VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 128.
34. WALTZ, Kenneth. The Emerging Structure of International Politics, **International Security** 18, n. 2, fall 1993, p. 44- 79.